

EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR: UM CAMINHO PARA A EMANCIPAÇÃO?

Flávia Lopes Pacheco¹

Resumo: O objetivo deste trabalho foi o de discutir a possibilidade de relacionar educação e cultura popular através do olhar de Paulo Freire e outros autores que pensem a educação em seu caráter emancipador. Para isso, foi realizada uma discussão a respeito do papel fundante de Paulo Freire nos movimentos sociais de educação, em especial o Movimento de Educação de Base. A partir daí, entendemos que o homem, para se enxergar como sujeito histórico, precisa reconhecer o mundo em que vive e, por isso, é indispensável ao educador ouvir suas vozes e isso coloca a cultura, em especial a cultura popular, em evidência. Assim, é preciso pensar em locais diferentes da escola para trabalhar essa conscientização do oprimido acerca do seu papel no mundo. E, como já discutido nesse artigo, o campo da cultura parece ser fecundo para esse intento.

Palavras chave: Cultura. Cultura Popular. Educação Popular.

Introdução

Com o advento da Revolução Industrial, uma nova configuração da sociedade foi tomando forma e, com isso, ocorreram alterações para um modo de vida no qual as relações sociais passaram a ser ajustadas de acordo com elas. É impossível falar desses impactos, sem levar em consideração o sistema econômico que se desenvolveu de forma concomitante a esse processo de industrialização da sociedade, que é o capitalismo.

Nesse sistema econômico, a sociedade se estrutura a partir de relações de trabalho, principalmente. É o mundo do trabalho! É por meio dele que os indivíduos recebem o dinheiro necessário para a aquisição de mercadorias necessárias (e muitas outras vezes desnecessárias, mas desejadas pela lógica do consumo) à sua sobrevivência. Desse modo, não só o trabalho se torna uma das principais formas de

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS). Professora do Curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal de Sergipe (DSE/UFS). E-mail: flavialpacheco@yahoo.com.br

interação social, como a lógica de concorrência, acumulação de capital e a produção em massa tornam-se as molas propulsoras desse modelo econômico (PINTO, 2010).

A burguesia é a classe social que ganha poder neste modelo econômico e, para que o seu pensamento se perpetue e se torne dominante, a educação teve um papel preponderante. Para Ferreira et. al (2012), a sociedade burguesa adotou a educação como um de seus pilares de sustentação, de modo que suas propostas e práticas educativas foram desenhadas e modificadas até a contemporaneidade em função das próprias transformações ocorridas no processo de consolidação e de reestruturação das condições econômicas, políticas e sociais burguesas. Assim, podemos perceber que os principais autores e teorias que alicerçam o pensamento educacional da sociedade ocidental, estão a organizar seus conceitos a partir de uma visão burguesa de mundo.

Desde Locke, Comenius, Condorcet, Rousseau, até Pestalozzi e seus seguidores, o que verificamos são discursos e teorias voltadas à negação dos métodos educacionais jesuíticos (que garantiam a manutenção de um *status quo* da aristocracia e da Igreja, que não era interessante para a burguesia emergente) e um esforço para a consolidação da lógica da utilidade da educação para a nova sociedade do trabalho. Educação por que e para quem? Quem tem o real direito a essa educação da qual falamos? Essa talvez seja a pergunta que pode ser feita ao lermos qualquer um dos autores acima citados.

Para Mészáros (2008), a educação se tornou um instrumento para fornecer conhecimento e pessoal necessário ao sistema produtivo que surgiu a partir do capitalismo, além de ser por meio dela (da educação) que são transmitidos os valores que legitimam os interesses dominantes. Assim, a natureza da educação estaria, segundo ele, vinculada ao destino do trabalho.

No Brasil, o trabalho do educador Paulo Freire, marcha na contramão da lógica dominante, na medida em que este apresenta importantes reflexões sobre os sujeitos postos à margem da sociedade do capital. Em seu livro, Educação como Prática da Liberdade, o autor aponta que o seu principal desafio educativo se dá a partir de uma análise da sociedade brasileira e sua realidade histórica. Para ele, poderia se optar por

manter uma educação que evidenciasse uma sociedade sem povo, comandada por uma “elite” que aliena, minimiza e deixa o homem simples sem consciência desta minimização, ou por uma nova sociedade, em que o homem e o povo fossem sujeitos de sua própria História. Seu estudo partia de uma “[...] opção por uma sociedade que se ‘descolonizasse’ cada vez mais.” (FREIRE, 1967, p. 35). E assim, a educação deveria ser uma força de mudança e de libertação.

É a partir do entendimento que a educação moderna e contemporânea tem priorizado uma visão de mundo estritamente burguesa, que não dá voz nem vez a uma maioria que se torna, cada vez mais oprimida e alienada a uma dura realidade que lhe é imposta, que esse trabalho pretende utilizar, em especial (mas não unicamente) o pensamento de Paulo Freire. Afinal, é importante apresentar alternativas ao modelo educacional mercantil e pensar numa educação emancipatória.

Mas de que forma se dará essa emancipação? De acordo com Brandão (2009), apenas por meio de uma ação intencional e organizada das classes populares seria possível criar mecanismos para libertar o povo de todas as esferas de domínio na sociedade de classes.

É nesse sentido que Maciel (2011) aponta para uma concepção de educação popular que acontece fora dos espaços escolares. Esse tipo de ação foi desenvolvido no Brasil da década de 60 do século XX através do Movimento de Educação de Base (MEB), movimento de cultura popular (MCP) e o Centro Popular de Cultura (CPC). A partir daí, toma-se como pressuposto que Educação e cultura apontam como importantes instrumentos de transformação social, e passam a ser pensadas, propostas e praticadas a partir das condições das classes subalternas e da visão de mundo das classes populares. A autora salienta que foi neste momento que Paulo Freire trouxe o instrumental para se pensar em uma educação que proporcionasse a conscientização do analfabeto, da libertação “do oprimido que hospeda o opressor” através da cultura popular.

Assim, o objetivo deste trabalho é discutir a possibilidade de relacionar educação e cultura popular através do olhar de Paulo Freire e outros autores que pensem a educação em seu caráter emancipador e a sua aplicabilidade para os dias atuais.

Educação Popular e emancipação

Para Freire (1967), as condições históricas da sociedade brasileira tornavam indispensável uma ampla conscientização das massas, através de uma educação que as colocasse numa postura de autorreflexão, além de uma reflexão sobre seu tempo e espaço. E só então, seria possível pensar em uma tomada de consciência que resultaria na sua inserção na História, não mais como espectadoras, mas como protagonistas.

A partir da sua proposta, foi desenvolvida uma ação de Educação Popular através da qual o autor revela uma defesa pedagógica baseada na atividade direta com as classes populares e na defesa de sua necessidade de emancipação social (MACIEL, 2011). Essa Educação Popular, conforme o conceito de Vale (2001), deve estar comprometida com os segmentos populares da sociedade, e seu objetivo principal deve estar atrelado à contribuição para a elevação de sua consciência crítica, o reconhecimento da sua condição de classe e as potencialidades transformadoras inerentes a essa condição.

Apesar de haver conceitos distintos a respeito do que vem a ser Educação Popular, um ponto em comum a todos esses é o fato de que sua proposta deve estar fundada em um projeto político pedagógico alternativo à lógica capitalista, e que se baseie em uma concepção de educação transformadora, através da qual o explorado compreenda a sua situação no contexto histórico, político, cultural e econômico, dando-lhe a possibilidade de transformar a sua realidade, a partir deste entendimento (TADDEI, 2012).

Para Freire (2011), a educação popular deve estabelecer novos caminhos, processos e metas para o campo da educação de forma que seja feita uma leitura crítica e profunda da realidade e a não aceitação da “realidade aparente” apresentada pela ideologia da classe hegemônica. É, portanto, a utopia em movimento na vida cotidiana. Para o autor, a utopia é um compromisso histórico, além de um ato de conhecimento crítico, como denúncia e anúncio. Nas palavras de Paulo Freire (2011, p.33): “Para mim o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico”.

Seguindo a linha de Paulo Freire, Brandão (1982) argumenta que a Educação Popular não tem o propósito de criar sujeitos subalternos educados, mas tem o intuito de participar do esforço junto às categorias de sujeitos subalternos para a organização de um trabalho político que abra caminho para a conquista de sua liberdade e de seus direitos. A Educação Popular é, em suas palavras, um modo de participação de agentes eruditos (professores, padres, cientistas sociais, profissionais de saúde e outros) nesse trabalho político. Assim, busca trabalhar pedagogicamente o homem e os grupos envolvidos no processo de participação popular, através de formas coletivas de aprendizado e investigação, a fim de gerar sua capacidade de análise crítica sobre a realidade e o aperfeiçoamento das estratégias de luta e enfrentamento.

Mészáros (2008), apesar de não falar especificamente em educação popular, trás uma concepção de educação que, em vários momentos se assemelha ao discurso freireano, quando assume que a educação deve oferecer o instrumental necessário para romper com a lógica mitificadora do capital, tornando possível perseguir o caminho da mudança verdadeiramente radical. O autor ainda salienta sobre a importância de uma concepção mais ampla de educação, considerando que muitos dos nossos processos contínuos de aprendizagem estão fora das instituições formais de educação.

Sendo assim, entende que esses processos podem não ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal dominante. Isso significa que os processos que surgem como resposta crítica às nossas relações com o ambiente material desde a nossa primeira infância, como o nosso primeiro encontro com a arte, a poesia, as primeiras experiências de trabalho, as disputas morais, políticas e sociais, são caminhos importantes para realizar atividades de “contrainternalização” a fim de garantir uma transformação emancipadora.

Mészáros (2008) apresenta o trabalho de Renato Constantino, historiador e pensador político filipino que, ciente do impacto escravizador da internalização da consciência colonial no seu país, defendia uma abordagem educacional que deveria

envolver diretamente as massas populares nas práticas político-educacional-culturais do que ele denominava de “filosofia de libertação”. Essa filosofia, segundo Constantino (*apud* Mészáros, 2008), é algo em desenvolvimento, a depender do aumento da conscientização, e que não é contemplativa, mas ativa e dinâmica e que precisa da participação das massas.

Semelhante a este conceito, podemos classificar a concepção de Paulo Freire de uma Pedagogia para Liberdade que se dá por meio do diálogo permanente, fruto de um processo dialético. Propõe, dessa forma, uma pedagogia dialógica, que parte da problematização da realidade dos educandos com o objetivo de intervir no mundo. Dialógica porque constrói e reconstrói o conhecimento a partir das contradições da realidade capitalista vivida por homens e mulheres através de um processo de conscientização de seres históricos e inacabados.

Maciel (2011) aponta que pensar na educação a partir dessa dinâmica, sugere a valorização do saber popular, objeto este primeiro de educação popular. Com isso, o trabalho de Paulo Freire começou a ser desenvolvido a partir dos círculos de cultura popular, que ganharam uma inovadora dimensão dialógica. A cultura local, pelas suas inúmeras experiências de diálogos entre pessoas e culturas, passa a ter um maior reconhecimento, o que deslocou o eixo do educacional para o cultural. Assim, o ensinar e o aprender foram expressos em valores culturais em uma espécie de tradição inovadora, o que permitia aos educandos mais do que a leitura da palavra em si mesma, mas uma leitura do mundo e o reconhecimento de uma cultura própria.

Abreu (2003) argumenta que o conceito de cultura popular, na década de 1960, assumiu um sentido de resistência de classe. Este conceito, percebido no discurso dos educadores ligados aos princípios de Paulo Freire entre outros, referenciavam a necessidade dos oprimidos a uma consciência mais crítica, que precisava ser despertada.

Brandão (2009), relata que participou do Movimento de Educação de Base² na década de 60 e descobriu, através dele, as relações que tornam a educação uma das

² Movimento de cultura popular criado nos anos 1960 e que sobrevive até hoje. Dedicou-se à alfabetização de jovens e adultos das regiões “menos favorecidas” através do modelo

práticas sociais situadas em diferentes dimensões de uma cultura. E, nesse processo, houve uma forte crítica de cunho ideológico dirigida à educação vigente, dentro e fora da Universidade, respaldada pelo fortalecimento da concepção de educação construída pelos setores populares e com eles.

Como aponta Brandão (2002, p.269), os movimentos populares viveram e vivem momentos de transformação ainda não inconclusos, pois se relacionam a lutas mais amplas a favor dos direitos humanos, onde cidadão “é o sujeito de deveres sociais de teor político, em nome dos quais não apenas reclama os seus direitos”, mas que age para construir “um outro mundo possível” de realização plena dos direitos humanos. Essa análise nos leva então, a compreender que os movimentos sociais surgidos em torno de temas como etnia, gênero, ambiente, passam a incorporar, de algum modo, o ideário popular.

Com isso, passamos a entender que a Educação popular não se origina de uma única fonte social, mas parte de ampla gama de ideias, ações “nunca tão política ou ideologicamente centralizada” (BRANDÃO, 2002). E é nesse contexto que a solução de algumas necessidades sociais, faz surgir novas outras necessidades e problemas mais complexos. É este o processo básico, através do qual a cultura está sempre se renovando (BRANDÃO, 2009).

Cultura e Cultura Popular

Ao utilizar o termo cultura, no seu sentido mais amplo, podemos identificá-lo como a expressão de toda a ação humana. Por ser um conceito demasiado abrangente ele possibilita uma série de usos nas mais diversas áreas de estudo. É comum perceber discussões acerca da cultura em ciências como a filosofia, a antropologia, a sociologia e a história, mas também é notável o uso desse termo nas nossas discussões diárias e mesmo em outros ramos da ciência que não estão diretamente relacionados com a

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

atividade humana como, por exemplo, a biologia. Porém, ao tomarmos por base as atividades culturais, mais especificamente, estamos nos referindo de modo mais direto, às ações que constroem a identidade dos agrupamentos humanos. Entender a cultura por meio das expressões de um povo é, de certa forma, garantir a preservação de tradições, costumes e história da humanidade.

Sendo a cultura um “vasto celeiro de significações” (Mitchell 1987 *apud* WARNIER, 2000) e consolidado ao longo do tempo por vivências individuais, ao sofrer as influências do processo de mundialização e da massificação de sua simbologia, incorpora as contradições inerentes a estas transformações. A mundialização da cultura prolifera por meio do processo de difusão no qual uma entidade cultural sai do seu local de origem, é adotada em outra comunidade e, através da aculturação, é reinterpretada pela sociedade que a recebe e altera seu significado original. Essa aculturação, segundo Latouche (1994), pode significar etnocídio e violência cultural sobre as culturas locais.

Mas afinal, o que se entende por cultura popular?

Para Canclini (1992), a cultura deve ser vista como um instrumento voltado para a compreensão, reprodução e transformação do sistema social, através do qual é elaborada e construída a hegemonia de cada classe. Para ele, as culturas populares podem ser vistas como resultado de uma apropriação desigual do capital cultural, a elaboração específica das suas condições de vida e a interação conflituosa com os setores hegemônicos.

Catenacci (2001) aponta que inúmeras são as obras produzidas a fim de discutir ou reivindicar uma concepção acerca da cultura popular, vista pela autora como, ao mesmo tempo, produto de um contexto determinado e de um diálogo sobre as questões colocadas por este contexto. Analisa então a cultura popular a partir de uma abordagem multidisciplinar, que insere nessa discussão a concepção de povo e seu poder/saber; e a compreensão dos conceitos tradição/transformação como complementares.

Canclini (1997) levanta a necessidade de desconstruir o popular, a fim de reconstruir esse conceito já que, segundo o autor, a história do popular sempre foi relacionada à história dos excluídos, que não possuem patrimônio ou não conseguem

fazer com que sua versão seja reconhecida e conservada. Para ele, a crise atual de investigação do conceito do popular se dá pela forma desconectada que os paradigmas são construídos nas Ciências Sociais.

Educação e Cultura Popular

A importância do trabalho de Paulo Freire está vinculado não só a sua teoria, mas a sua *praxis*. O seu pensamento foi focado em seus estudos, mas também no trabalho desenvolvido junto ao Movimento de Cultura Popular em Recife. Para ele, o indivíduo deveria reconhecer sua presença no mundo e, pela assunção crítica desta presença, compreender que não apenas está no mundo, mas com o mundo.

Para Freire (1981), faz parte da natureza humana a possibilidade de transformar o mundo através de seu trabalho, de “dizer” o mundo e de expressá-lo e expressar-se. Assim, quando o homem não compreende, não dá a devida importância ao fato de que, transformando a realidade natural com seu trabalho, ele cria o seu mundo. Mundo da cultura e da história que, criado por ele (pelo homem), sobre ele se volta, condicionando-o. “Isto é o que explica a cultura como produto, capaz ao mesmo tempo de condicionar seu criador” (FREIRE, 1981, p. 27).

Um dos documentos do Movimento de Educação de Base, que se propõe a conceituar cultura, diz que:

É em sua condição de ser social que o homem realiza a cultura. Integrado em grupos sociais, definidos segundo características determinadas, o homem se faz agente da cultura, criando e transmitindo a outros homens os elementos criados. A própria estrutura social é expressa e modifica, através do tempo, como forma de cultura (MEB apud BRANDÃO, 2009, p. 15).

No entanto, o fazer cultura pode estar subordinado a um domínio político direto, de modo que as instituições hegemônicas exerçam poder social e simbólico sobre a vida cotidiana, o que cria um controle difuso, exercido por uma “cultura dominante” (que os autores denominam de cultura erudita) sobre uma múltipla “cultura dominada” (ou cultura popular).

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

Com isso, podemos dizer que a cultura popular, subordinada ao domínio da cultura erudita seria expropriada daquilo que pudesse para o povo a sua realidade de vida, tal como ela é. Assim, os diferentes setores das classes populares acabam por reproduzir como sua, uma cultura mesclada e situada fora do eixo da identidade das classes populares. E passam a produzir uma cultura politicamente dominada e externa ao processo social de gestão do poder. “Uma cultura, enfim, simbolicamente alienada e colocada aquém e além de uma consciência crítica” (BRANDÃO, 2009, p. 20).

Daí a importância do trabalho pedagógico de Paulo Freire, que buscava, continuamente, dar condições para que esse povo pudesse analisar criticamente a sua realidade e, ao se enxergar enquanto povo dominado e excluído, com consciência da sua realidade e do seu papel, lutar contra a ordem social hegemônica que lhe é imposta. É necessário, a partir dessa pedagogia, dar o “armamento” necessário para que o homem possa pensar de forma livre.

Nos livros de Paulo Freire, observa-se também uma importância em fazer o educador entender como deve ser desenvolvido o processo de aprendizagem. Nas páginas dos seus livros, é possível compreender a discussão teórica sobre temas como ação cultural, sociedade em transição, educação e política entre outros. No entanto, um fator que se destaca é o fato de, em alguns momentos, haver uma preocupação em dar subsídios ao educador para que o mesmo possa atuar junto a esse povo e seja, ao mesmo tempo, capaz de se colocar no papel de educando de uma cultura que não é sua, mas do aluno. É como ele próprio fala no trecho de esclarecimentos do seu livro Educação Como Prática de Liberdade: “Todo o empenho do Autor se fixou na busca desse homem-sujeito que, necessariamente, implicaria em uma sociedade também sujeito” (FREIRE, 1967, p. 36).

Para Freire (1981), toda prática educativa envolve, necessariamente em uma postura teórica por parte do educador. Esta postura está relacionada a sua concepção dos seres humanos e do mundo. E não poderia ser diferente, já que o processo que nos orienta no mundo, envolve não só a associação de imagens sensoriais, mas também pensamento-linguagem; desejo, trabalho-ação transformadora sobre o mundo, de que resulta o conhecimento do mundo transformado. Este processo de orientação dos seres

humanos no mundo, segundo o autor, só pode ser realmente compreendido na unidade dialética entre subjetividade e objetividade.

Com isso, assume-se que a educação deve ter um papel ativo, a fim de dar voz aos oprimidos, dando-lhes a oportunidade de refletir, de forma crítica, sobre problemas objetivos que envolvam a sua realidade. Daí, segundo Brandão (2009), encontra-se o lugar ativo da educação entre os movimentos de cultura popular e a sua integração com instituições dedicadas propriamente à educação popular.

Percebendo o trabalho de Paulo Freire, a cartilha elaborada pelo Movimento de Educação de Base (apud BRANDÃO, 2009, p. 20), aponta que:

Assim sendo, pretende a participação de todos na elaboração da cultura da sociedade em que vivem, bem como, e principalmente, na apreensão e na criação do sentido da cultura, isto é, do que a cultura significa para os homens dessa sociedade. A Cultura Popular, portanto, está vinculada a uma ação que não pode estar desligada do povo, isto é, dos grupos sociais que, por condicionamentos econômicos, políticos e sociais – e especialmente por condicionamentos culturais – estão marginalizados da cultura. [...] Sendo assim, pode-se dizer que Cultura Popular não é um fenômeno neutro, indiferente. Ao contrário, nasce de um conflito e nele desemboca, pois ela existe e se apresenta sempre em termos de libertação, de promoção humana, no sentido mais amplo.

A partir da fala de Brandão, que trabalhou ativamente na década de 1960, no Movimento de Educação de Base, o mesmo interpreta que, nesta época, o sentido da ação social dado à cultura popular foi ampliado através dos “movimentos” dos anos 60, já que passou a ser compreendida com um que fazer como um trabalho político através da cultura. Assim, a educação popular estava relacionada ao “fazer cultura popular”, e significava estabelecer diálogos com sujeitos e coletividades populares para, através deles, transformar a consciência das pessoas e torná-las autores críticos e criativos de suas culturas, a fim de romper com a ordem vigente para construir uma sociedade mais igual e livre (BRANDÃO, 2009).

Considerações Finais

Neste trabalho, foi possível identificar que o trabalho pedagógico de Paulo Freire conduzia uma discussão sobre uma parte da sociedade que foi excluída dos modelos educacionais vigentes até então. Ao trazermos os principais trabalhos de educadores ou filósofos que pensaram educação até o início do século XX, percebemos

claramente o interesse em sedimentar um interesse da classe burguesa, dominante e que tentava impor sua visão de mundo desde meados do século XVI.

Trabalhos, como o de Paulo Freire, dão relevo aos grupos excluídos pelos educadores de outrora. Para ele, era necessário romper com a lógica dominante a partir da educação. Seria através da educação transformadora, diferente do modelo existente, que ele denominava “educação bancária”, que o homem poderia se perceber no mundo enquanto sujeito e não coisa.

Os trabalhos de Mészáros também contribuem para entender a educação como objeto de transformação radical da realidade, e que esta deve ser desenvolvida junto aos oprimidos, dando-lhes consciência de sua situação para que possam, sobre ela refletir e mudar o mundo.

Ambas as visões são brevemente discutidas neste ensaio, mas o foco dado ao trabalho de Paulo Freire se dá não só pelos seus conceitos, mas em sua forma de pensar a educação enquanto prática pedagógica. Paulo Freire teve uma importância fundamental nos movimentos sociais da década de 60, juntamente com seu trabalho nos Círculos de Cultura Popular, com o trabalho do Movimento de Educação de Base, com os movimentos da Igreja Libertadora e do Movimento de Cultura Popular.

Esse foi um período em que o autor pôde implementar as suas teorias e os resultados de suas ações foram notados mundialmente. No entanto, após o golpe de 64, obviamente este trabalho de tornar as “massas” livres de suas amarras não era interessante ao regime golpista instalado no Estado e Paulo Freire foi exilado e seu projeto pedagógico deixado de lado. No entanto, suas ideias permanecem no trabalho de vários pesquisadores que se debruçam sobre o estudo da educação e da cultura.

Silva e Santos (2013) possuem uma visão um tanto pessimista a respeito dessa realidade e dizem que, apesar da luta travada por Paulo Freire na década de 1960 e depois disso, as novas propostas curriculares, planos educacionais, reformulações em lei, além dos modismos pedagógicos e modalidades de ensino estão sendo organizadas com muita tecnologia e pouca humanidade. Com isso, a educação brasileira, para os autores, impede o crescimento da intelectualidade dos educandos, sobretudo, dos filhos das classes trabalhadoras, que permanecem dominados.

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

Com isso em mente, temos que compreender que o Estado, em sua essência, está continuamente tentando manter o seu status quo, o que irá manter seus dirigentes em sua posição de dominação, o que torna contraditório esperar que venha desse Estado e de suas instituições formais o caminho para uma pedagogia libertadora, como o próprio Mézáros alerta. Assim, é preciso pensar em locais diferentes da escola para trabalhar essa conscientização do oprimido acerca do seu papel no mundo. E, como já discutido nesse artigo, o campo da cultura parece ser fecundo para esse intento.

Brandão (2009) argumenta que, nos dias atuais, iniciativas governamentais, como o programa dos Pontos de Cultura³, do Ministério da cultura, poderiam representar algo a ser aperfeiçoado e difundido, já que a sua lógica está baseada em deixar com que a própria comunidade se aproprie do que entende como importante culturalmente e gerencie suas próprias iniciativas, com algum subsídio governamental. No entanto, como já dissemos anteriormente, qualquer alternativa que leve em consideração o Estado (e como não pensar nele?) esbarra no exercício real e concreto do reconhecimento de direitos autorais dos criadores populares de cultura, individuais ou coletivos, e ao mesmo tempo, na verdadeira possibilidade de emancipá-los.

³ O Ponto de Cultura é a ação prioritária do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura (MinC) e articula todas as suas demais ações. A partir de dois editais (até esta data) foram selecionados quase 300 Pontos (organizações de cultura popular) em todo o país, que formam uma rede horizontal de articulação na sociedade e desta com o Estado. Capturado em: http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/cultura_viva/index.php

Referencias

ABREU, Martha. Cultura popular, um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. **Ensino de história, conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Vocação de criar: anotações sobre a cultura e as culturas populares. Em: **Cadernos de Pesquisa**, v. 138, set./dez. 2009.

_____. **A educação popular na escola cidadã**. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

_____. **O que   folclore**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRASIL. **Ministério da Cultura**. MINC. Disponível em [<http://www.cultura.gov.br>]

CANCLINI, N. G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

_____. **Educação e Atualidade Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2011.

LATOUCHE, Serge. **A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MACIEL, Karen de Fátima. O pensamento de Paulo Freire na trajetória popular. Em: *Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SILVA, Renalvo Cavalcante; SANTOS, Edvaldo Albuquerque dos. A educação como complexo ideológico transformador: da a o teórica   a o objetiva. Em **Anais do VIII Colóquio Internacional Paulo Freire**. Recife, Setembro de 2013.

TADDEI, Paulo Eduardo Dias. A Educação Popular como um instrumento de resistência contra a exploração capitalista. Em *Anais do IX ANPED Sul. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul*. Caxias do Sul-RS, 2012.

VALE, Ana Maria. **Educação popular na escola pública**. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

WARNIER, Jean Pierre. **A mundialização da Cultura**. Lisboa: Editorial Noticias, 2000.